A NOMENCLATURA FITOGEOGRÁFICA DO BRASIL: DOS GREGOS AO TUPI

João Paulo Jeannine Andrade Carneiro[1]

RESUMO

Na literatura geográfica brasileira, Carlos Frederico Philippe von Martius, aparece como o primeiro viajante a se debruçar, como um todo, sobre os estudos da vegetação brasileira, criando desta forma o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil. Martius, que viajou, praticamente, por todos os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Brasil, durante três anos (1817 a 1820), constatou cinco regiões botânicas, que denominou utilizando ninfas da mitologia grega. Já os tupi, principal grupo lingüístico do território brasileiro, que habitavam grande parte do litoral e interior do Brasil, denominaram a vegetação de acordo com suas características físicas mais marcantes, em decorrência do conhecimento do ambiente em que viviam. Este trabalho pretende traçar uma correlação entre os nomes gregos e tupis que caracterizam a vegetação do Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui num resgate de termos distantes da geografia contemporânea através de nomenclaturas que, desde o início da colonização até o final do século XIX forram utilizadas para caracterizar os principais domínios naturais do Brasil, seja pelos silvícolas, seja pelos colonizadores.

Assim como as demais ciências modernas, atualmente a geográfica brasileira se utiliza de diversas nomenclaturas universais para esboçar o seu corpus. Contudo, veremos no decorrer deste trabalho, que a conceituação da sua fitogeografia que se desenvolve em meados do século XIX, com o viajante alemão Carlos Frederico Philippe von Martius, já possuia um caráter universalista. A propósito, o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil por ele desenvolvido, trazia nomes de ninfas gregas para caracterizar a vegetação do país.

As ninfas fazem parte do mundo mítico grego. Habitantes e protetoras de praticamente todas as paisagens vegetais de Géia (a mãe Terra em harmonia com a água). Assim aquilo que os seres humanos têm em comum se revela nos mitos, que por sua vez consituem histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos (CAMPBELL, 2004).

O tupi, principal grupo lingüístico do território brasileiro, que habitava grande parte do litoral e interior do país, também detinham um vasto universo mitológico, que assim como se dava entre os gregos, também habitavam a “Géia” A título de exemplo, podemos aqui, citar a Yara, o Boi-tatá, a Caipora, o Saci, entre outros. Porém, para carcterizar uma formação florestal, esses povos se utilizavam principalmente de palavras justapostas de substantivos e adjetivos que expressavam o objeto a ser denominado. MAGALHÃES (1975) evidencia esse pensamento em O Selvagem, quando se refere às línguas da antiga Pindorama, onde cada nome é uma descrição do objeto que representa, visto que cada sílaba simboliza uma idéia.

Rumando nessa perspectiva, buscaremos aqui, analisar as nomenclaturas fitogeográficas aplicadas por Martius no século XIX e os termos tupis, coletados por viajantes e jesuítas ao longo do período colonial.

[1] Universidade de São Paulo, Geógrafo, Mestrando em Lingüística, joao@jandrades.com.br

A NOMENCLATURA GREGA E AS PAISAGENS VEGETAIS DO BRASIL

Na literatura geográfica brasileira, Carlos Frederico Philippe von Martius, aparece como o primeiro viajante a se debruçar, como um todo, sobre os estudos da vegetação brasileira, criando desta forma o primeiro mapa fitogeográfico do país, conforme constataram ROMARIZ (1964); KUHLMANN & CORREIA (1981); COUTINHO (1978) e GOODLAND & FERRI (1979). Martius, que viajou praticamente por todos os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Brasil, durante três anos (1817 a 1820), identificou cinco regiões botânicas, tendo como base o clima e a constituição florística, que denominou utilizando ninfas da mitologia grega.

Antes de compor o quadro das ninfas que representam o mundo natural do Novo Mundo, se faz necessário discorrer sobre o conceito de ninfa, o que faremos respaldado em BRANDÃO (2000).

“Nýnphe” significa, de um lado, moça jovem em idade de se casar, jovem casada; de outro, divindade menor, que tem por habitat particularmente o campo, junto às fontes. Com o nome genérico de ninfas também são chamadas as divindades femininas secundárias da mitologia. Vale aludir, que são divindades que não habitam o Olimpo. Essencialmente ligadas à terra e à água, simbolizam a própria força geradora daquela. Segundo Johan Jakob Bachofen em “O Matriarcado”, as ninfas seriam reminiscências da era matrilinear, cuja divindade primordial era a Terra-Mãe, enquanto a mulher seria a figura religiosa central. Nesse caso, as ninfas, divindades secundárias, poderiam ser consideradas uma extensão da própria energia telúrica, a saber, divindades menores que representam Géia, a grande Terra-Mãe em sua união com a água, elemento úmido e fecundo. Tudo leva a crer que sim, pois, da união desses dois elementos, terra e água, surge a força geradora que preside à reprodução e à fecundidade da natureza tanto animal, como vegetal.

Esta característica universal das ninfas, enquanto divindades que representam Géia, faz da organização do ambiente apenas uma consequência do mito. Pois as ninfas dividem-se em doze categorias principais, de acordo com o local que habitam ou que protegem. Por conseguinte, elas são a própria Géia em suas múltiplas facetas, enquanto matriz de todos os seres e coisas, enquanto grande deusa, cujas as energias nunca se esgotam. Por tudo isso só podiam ser divindades femininas da juventude eterna.

A natureza do Brasil, por onde Martius passou juntamente com o zoólogo Spix expressava todo esse vigor, desde as florestas pluviais do litoral até o sertão com seus mandacarus em forma de candelabros, clamando por chuvas.

Outra características das ninfas é a de não serem imortais, pois, segundo sua mitologia, vivem tanto quanto uma palmeira; ou seja, “cerca de dez mil anos” e jamais envelhecem. Decodificando, teremos a própria natureza que não é imortal, uma vez que nasce e renasce, num eterno ressurgir. Portanto uma força canalizada para a eterna juventude. Como representante de Géia, não se limitavam aos campos, aos mares e rios, mas abrangiam a terra como um todo, com seus vales, montanhas e grutas.

Neste aspecto Martius foi extremanente preciso na “nova” caracterização da fitogeografia do Brasil, pois ao analisarmos cada uma das ninfas, conseguimos extrair de seu mito cada domínio natural.

As ninfas que representam os domínios de natureza do Brasil, desenvolvido por Martius, são, em resumo, enquadradas em dois grupos: aquáticas e telúricas. Somente as Náiades estão no primeiro grupo, pois são as ninfas dos riachos e ribeiros. As demais são ninfas telúricas, como as Napéias, que habitavam vales e campos; as Oréades, ninfas das montanhas e colinas; as Dríadas e Hamadríadas, ninfas das árvores em geral, mas especificamente do “carvalho” (árvore consagrada a Zeus). Entretanto, é importante destacar que há uma distinção entre Dríadas e Hamadríadas: as primeiras são aquelas cujo tempo de vida depende da vida do “carvalho”; e as segundas, as Hamadríadas, são as que

fazem corpo com o carvalho, isto é, estão incorporadas a esta árvore, nascem com ela (BRANDÃO, 2000).

Após essa breve explanação, podemos visualizar na figura 1, a ninfa correspondente ao domínio natural brasileiro, devido aos habitats por elas protegidos, hesitando-se talvez as duas últimas, Dríadas e Hamadríadas, pela sutileza que as distingue.

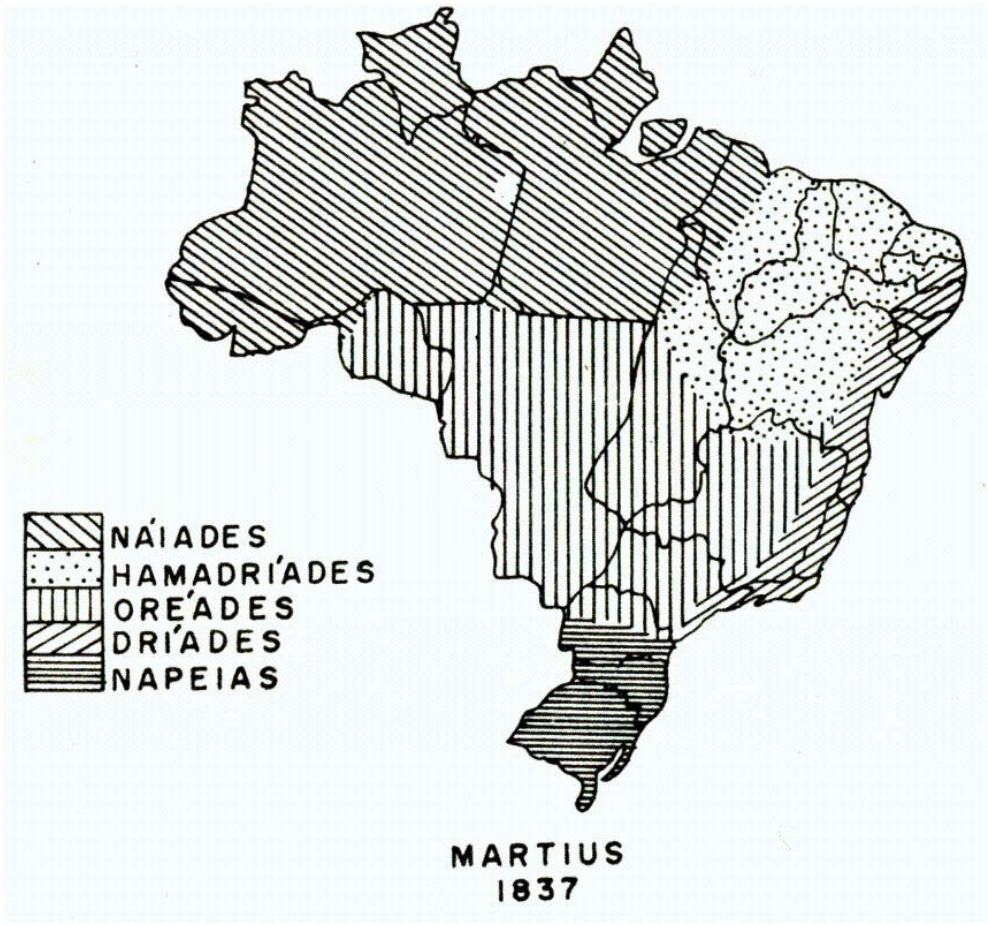

Figura 1. Domínios Fitogeográficos do Brasil, segundo Carlos Frederico Philippe von Martius.**Fonte:** ROMARIZ, 1964. p. 490

Analisando as nomenclatura ninfáticas de cada região, temos para a região quente e seca da floresta amazônica as Náiades, que são, de acordo com a classificação de BRANDÃO (2000), a seguinte:

NÁIADES – provém do verbo (nân) “escorrer, correr, deixar correr”, donde Náiades são “as divindades das fontes e dos ribeiros”, elas encarnam a divindade das fontes, riachos e ribeiros em que habitam. As Náiades, não raro, possuíam, o poder de curar.

Para a região dos cerrados, com seus campos e matas de galeria sobre o planalto central brasileiro, Martius optou pelas Oréades.

ORÉADES – sua etimologia é desconhecida, o que se sabe delas é que presidiam as regiões de montanhas e colinas.

Para a zona da floresta atlântica, Martius utilizou a ninfa Dríades, sinônimo de árvore forte, exatamente como se apresenta ou se apresentava a floresta para o viajante procedente do atlântico.

DRÍADES (Dryás) talvez seja uma alteração quanto ao acento e ao gênero de Dryás, “Ninfa de uma árvore, particularmente de um carvalho”. Drias seria “o forte como um carvalho”. (BRANDÃO, 2000, p.296).

A região dos vales extratropicais do Brasil, conhecida por suas pradarias e florestas de araucárias, foi denominada de Napéias.

NAPÉIAS – sua etimologia também é deconhecida, sabe-se que são ninfas que reinavam sobre os campos, vales e selvas.

Para a região do semi-árido brasileiro, Martius, optou pelas Hamadríadas.

HAMADRÍADAS – (Hamadryádes), é um composto de (háma) "ao mesmo tempo, simultaneamente" e de (drîs, dryòs) "árvore" e principalmente "carvalho", donde Hamadríadas são "ninfas que nascem ao mesmo tempo que as árvores (carvalho) e cuja vida está ligada à da própria árvore".

Hamadríadas são as ninfas que "fazem corpo com o carvalho", isto é, estão incorporadas a esta árvore sagrada; nascem com ela e participam do destino da mesma.

As Hamadríadas estão em festa, quando as chuvas enviadas por Zeus tombam e encharcam os carvalhos e entram numa profunda depressão, quando, por falta das "águas do céu", suas árvores invioláveis perdem as folhas e ameaçam secar, o que põe em perigo a existência dessas divindades menores (BRANDÃO, 2000, p. 479).

Analisando o conteúdo, percebemos que Martius, apesar da deficiência dos conhecimentos da época e das naturais dificuldades daí decorrentes, esboçou muito bem as nossas principais regiões, utilizando das características de cada uma delas em harmonia com a vegetação como mito.

Ademais, ao escolher na mitologia grega as designações para cada uma das regiões do Brasil (Náiades, Oréades, Napéias, Dríades, Hamadríades), Martius colaborou com a sobreposição da cultura européia sobre a cultura indígena, visto que esta, durante o século XIX e toda a colonização, serviu apenas para se conhecer a terra "descoberta" e os índios eram instrumentos, mão-de-obra escrava e muitas vezes guia para as grandes e pequenas expedições. Assim, se torna evidente que o primeiro esboço da fitogeografia brasileira não teve em sua denominação a influência indígena, tão rica e tão conhecedora do seu território.

Se o sentimento da natureza, cuja vivacidade varia em todas as raças, se a fisionomia das regiões habitadas pelos diversos povos, ou que eles têm atravessado nas suas emigrações de outro tempo, vem enriquecendo mais ou menos as línguas com expressões pitorescas, próprias para caracterizar as formas das montanhas, o estado da vegetação, o aspecto da atmosfera, o contorno e agrupamento das nuvens, por outro lado o prolongado uso e os caprichos literários têm desviado grande número dessas expressões do seu primeiro significado. Pouco a pouco se vai tornando costume considerar como sinônimos termos (expressões) que deveriam conservar sentido distintos, e as línguas perdem um tanto da graça e energia com auxílio das quais reproduziam, na descrição da natureza, o carácter peculiar às paisagens (HUMBOLDT, 1952, p. 259).

A NOMENCLATURA TUPI E AS PAISAGENS VEGETAIS DO BRASIL

Nos primeiros tempos da colonização do Brasil, constatou-se que na sua costa, do Pará, ao sul, aproximadamente até o paralelo de 27º (segundo informações do cronista Pero de Magalhães Gândavo), falava-se uma mesma língua. Cardim nos diz que ela era falada por tupiniquins, potiguaras, tupinambas, temiminós, caetés, tabajaras, tamoios, tupinaés, etc. Porém, já no século XVI, e mais ainda no século sequente, firmou-se para ela o designativo de língua "brasílica".

A variante dialetal tupinambá era assim, segundo Anchieta, usada num trecho muito maior da costa (desde o Nordeste até o Rio de Janeiro) que a variante tupi. Na verdade, o tupi só era falado na capitania de São Vicente, incluindo-se o Planalto de Piratiningua em trechos do atual estado de São Paulo.

Assim, chamar a língua "brasílica" de tupi ou de tupinambá não é absolutamente preciso, pois constituiam variantes dialetais, e não línguas propriamente ditas. Contudo, este designativo teve larga difusão, sendo aceito pelo povo em geral, apresentando o caráter de um denominador comum, desde o século XVI. O que justifica o alto "Na Aldeia de Guaraparim" de Anchieta, onde um personagem diz: "Vou para fazer pecar os tupis." Perguntando o outro: "Que índios são estes?" O primeiro responde: "Os tupiniquins, habitantes daqui", empregando o termo tupi de forma generalizada (NAVARRO, 2004).

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade, e por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado (SAPIR, 1969).

Verificamos isso no léxico da língua tupi, feita por povos que habitavam tanto a zona costeira como o interior, desenvolvendo expressões precisas, para caracterizar cada ambiente do território conhecido.

Além deste vasto arcabouço lexical, os povos indígenas buscavam a denominação mais precisa para os nomes dos acidentes geográficos através de reuniões para discutir qual o nome para representar o objeto denominado, como mostra SANTOS (1939) citando D'Evreux:

Ivo D'Evreux deixou aos brasileiros um depoimento importantíssimo. Disse ele, em sua "Viagem ao norte do Brasil nos anos de 1613 a 1614", firmado na autoridade de quem esteve entre os aborígenes brasileiros naquela época remota, que eles eram muito sábios na formação dos nomes locais, que deviam designar os característicos físicos da coisa nomeada, reunindo-se para isso em assémbleias noturnas, de que participavam os maiorais da tribo, e que tais nomes só eram aceitos após demorada deliberação.

Acerca das nomenclaturas fitogeográficas, a língua tupi detém um vocábulo extremamente amplo para denominar a vegetação – Caá, que dependendo do contexto que é empregado pode significar CAÁ – erva, planta, folha e floresta.

Como o tupi é uma língua que não tem preposição como o português, as palavras podem ser aglutinadas para se transformar em novas palavras. No caso de Caá, teremos uma série de adjetivações que podem ser incorporadas, para descrever com mais exatidão o respectivo ambiente.

Nos dicionários de língua tupi (GREGÓRIO, s/d); (CUNHA, 1978), temos mais de 100 vocábulos que se somam ao Caá, para representar variados estados da vegetação. Porém, os que nos importam são as nomenclaturas que caracterizam nossas regiões botânicas em paralelo com as de Martius.

Para as Naiádes, que representam as ninfas da atual Floresta Amazônica, poderíamos correlacionar o termo – CAAETÉ, que designa em tupi a mata verdadeira ou a floresta verdadeira extensa.

Em correlação com a floresta amazônica, temos a floresta atlântica, que, chamavam os habitantes de São Paulo de – CAAGUASSU, que corresponde ao grande porte do agrupamento de árvores que tínhamos em grande parte do estado paulista, antes do desmatamento que serviu à agricultura. Guassu é um sufixo aumentativo muito presente na toponímia brasílica.

As Oréades, na região dos cerrados, poderíamos denominar com o termo – CAATÃ, a mata dura dos tupi, devido exatamente ás características da espécies do cerrado, com seu aspecto xeromórfico e cortiça envolta nos caules, fornecendo dureza e proteção contra as queimadas, frequentes deste bioma.

A única região do Brasil, em que a nomenclatura tupi, foi mais forte que a expressão exógena, é a singular zona do semi-árido do Nordeste. A CAATINGA, que designa o que vemos na paisagem no decorrer das secas – a mata branca, clara, aberta.

Por fim, para o sul do Brasil, região das Napéias, compostas de campos e florestas de pinheiros, destacaremos o termo – NHU, que designa os campos, região em que a vista se perde no horizonte. Infelizmente, para os pinheiros, não encontramos denominações, visto que o sul do Brasil não era a região habitada pelos tupi.

Portanto, poderíamos ter como resultado da primeira regionalização fitogeográfica brasileira, a partir deste breve esboço das possíveis nomenclaturas tupis, a seguinte figura:

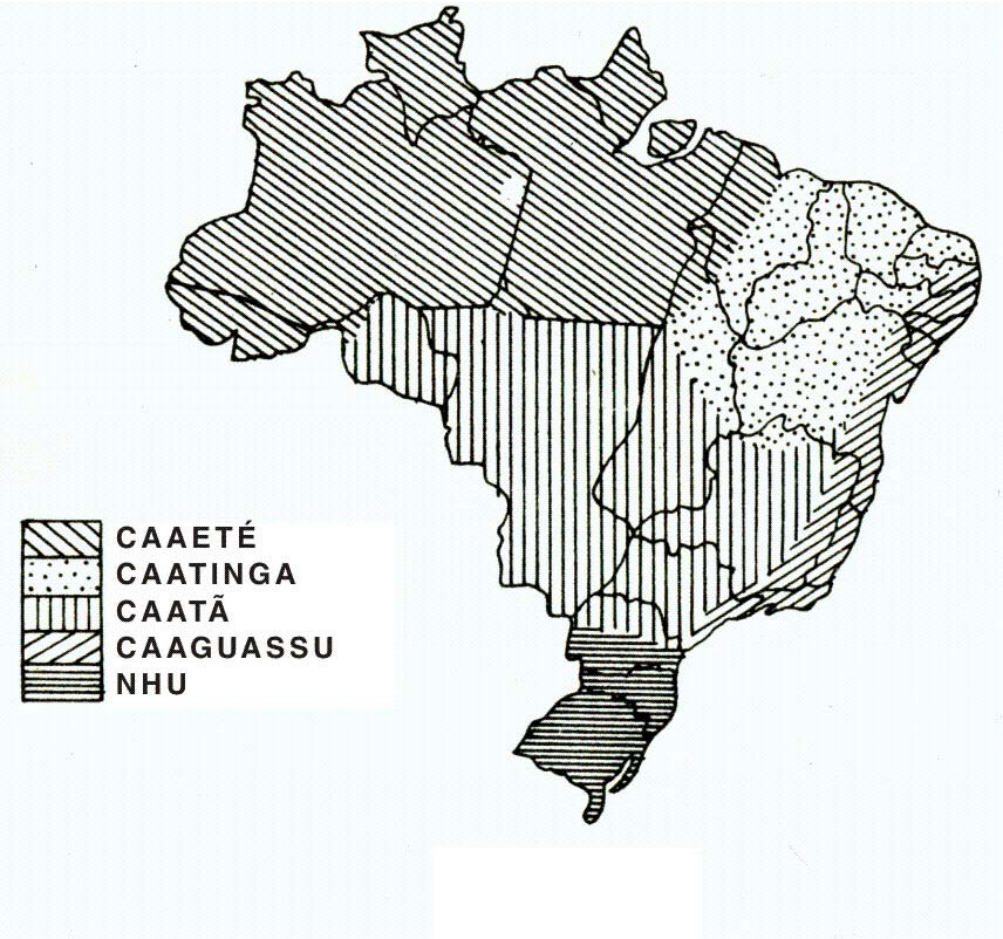

Figura 2. Domínios Fitogeográficos do Brasil, segundo a Nomeclatura Tupi. **Fonte:** Adaptado de ROMARIZ, 1964. p. 490

CONCLUSÃO

É importante esclarecer que em face a complexidade das línguas grega e tupi, assim como, das paisagens vegetais do Brasil, este trabalho é apenas uma primeira contribuição para um estudo futuro e mais detalhado das relações língua e ambiente, tão carente entre os geógrafos brasileiros.

Um importante cientista a trabalhar esta relação, certamente foi Teodoro Sampaio em seu livro “O Tupi na Geographia Nacional”, onde deixa evidente que Carlos von Martius foi o viajante que melhor trabalhou a língua tupi até o século XX em anexo no seu Glossaria Linguarum Brasiliensium. Era o Dr. Martius, a quem tanto deve a botânica brasileira, mui versado na língua tupi, tinha muito viajado o nosso país, possuia vasta erudição cientifica e os melhores elementos para um trabalho de vulto nesta questão da origem e interpretação

dos vocábulos tupis usados na geografia nacional. Infelizmente não lhe pode o ilustre sábio dar o preciso desenvolvimento, nem aprofundar as suas investigações como era mister (SAMPAIO, 1901, p.8).

É possível que esse aprofundamento não tenha acontecido em em decorrência da divisão da líguas em dois grupos, no século XIX: as ditas universais e as primitivas, onde se encontravam todas as línguas indigenas do novo mundo. Sobre as línguas dos povos primitivos, afirmavam que entre eles, a cultura não atingira um grau de complexidade capaz de incluir interesses praticamente universais. O que pode justificar o porquê, Martius, optou por uma língua dita universal para caracterizar a vegetação do Brasil.

Nesse aspecto, sabemos que muitos viajantes criticavam a visão de mundo dos indígenas como limitada, não sendo abrangente para a caracterização de ambientes, mas apenas para espécies, fato que Sergio Buarque de Holanda explora muito bem citando o padre francês, D'Evreux.

Já Ivo D'Evreux dissera dos tupinambás maranhenses em princípios do século XVII que se recordavam exatamente de quanto viam e ouviam, traçando na areia, com a ponta do dedo, uma "geografia ou descrição natural", enquanto faziam suas narrativas.

Mas não é esse aspecto da "cartografia" indígena que mais importa. Ao lado do detalhe preciso ou pitoresco exagerado aqui e ali pela surpresa, há em alguns desses desenhos indícios de aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa ao útil. Para tanto é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda corrente acerca da "mentalidade primitiva". O desenho chega a libertar-se, muitas vezes, da pura imagem visual (HOLANDA, 2001 p. 24).

Outro tema analisado por Ségio Buarque de Holanda são os caminhos dos índios, denominado em tupi de – Caapena, composta da palavra mata e quebrar, quer dizer, o mato quebrado para marcar o caminho

Entre povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação assumem um significado comparável aos roteiros e a aranzéis, tão abundantemente empregados durante a colonização pelos brancos. Dentro do limite que lhe permitia sua técnica, dentro do sistema de avanços e recuos, de liberdades e submissões em que se agitava, também podia desenvolver ao máximo um poder inventivo orientado para o bem do grupo, como se deve esperar de homens para quem o viver era antes e acima de tudo um conviver.

REFERÊNCIAS

BOUDIN, M. H. Dicionário de Tupi Moderno. v. I. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas. 1966.

BRANDÃO, J. de S. Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega. 2 v. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CAMPBELL, J. O Poder do Mito. 22. ed. São Paulo: Palas Athena, 2004.

COUTINHO, L. M. O Conceito do Cerrado. Revista Brasileira de Botânica, São Paulo, v.1, n. 1, p.17-23, 1978.

CUNHA, A. G. Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi. São Paulo: Melhoramentos e Editora UNB. 1978.

GOODLAND, R; FERRI, M. G. Ecologia do Cerrado. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo, 1979 (Col. Reconquista do Brasil, 52).

GREGÓRIO, I. J. Contribuição Indígena ao Brasil. v. 3. União Brasileira de Educação e Ensino. s/d.

HOLANDA, S. B. de, Caminhos e Fronteiras. 3 ed, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUMBOLDT, Alexander Von. Quadros da Natureza. 2 vols. Rio de Janeiro: W.M.Jackson, 1952.

KUHLMANN, E; CORREIA, D. S. Nomenclatura Fitogeográfica Brasileira. IN: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, XXXII, Teresina. 1981.

MAGALHÃES, José V. Couto de. O selvagem. São Paulo: Livraria Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

MARTIUS, C. E. Ph. von – A Fisionomia do Reino Vegetal no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano VIII, n 95, 1951. p. 1294-1311.

NAVARRO, E. A. Curso de Tupi Antigo. São Paulo: Edição do Autor. 2004.

SANTOS, F. M. – A Propósito dos Topônimos Indígenas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, vol 1 (4), 1939. p. 113-116.

SAPIR, E. Lingüística como Ciência: ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica. 1969.